

IMPORTÂNCIA DA COMPATIBILIDADE DAS NORMAS PARA O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO NO CONTEXTO ATUAL¹

IMPORTANCE OF THE COMPATIBILITY OF STANDARDS FOR THE INTEGRATED MANAGEMENT SYSTEM IN THE CURRENT CONTEXT

Fabiane Granzotto² e Nará de Fátima Quadros da Silveira³

RESUMO

O Sistema Integrado de Gestão é uma ferramenta poderosa neste momento e as normatizações apresentam os requisitos que levam à sustentabilidade e à certificação as empresas. Nesse âmbito, objetivou-se discutir e analisar os Sistemas de Gestão e a compatibilidade entre as normatizações no contexto atual. Para atingir aos objetivos fez-se uso da literatura existente sobre o tema. Com este estudo, observou-se que com um mercado cada vez mais competitivo e exigente é fundamental que as empresas atendam aos padrões de normatização relacionados com a qualidade do produto, o meio ambiente, a saúde e a segurança ocupacional. Nesse sentido, a responsabilidade social vem apresentando fortes indícios como um diferencial a ser somado. A última versão da norma da qualidade e meio ambiente (NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 14001:2015) complementam a recente norma da saúde e segurança ocupacional (NBR ISO 45001:2018), uma vez que estão mais integradas. Essas normas refletem o tripé do desenvolvimento sustentável e exigem o maior comprometimento de todas as organizações com seus sistemas de gestão. A importância maior para as empresas que se baseiam nesses sistemas e normatizações é a possibilidade de tornarem-se localmente mais sustentáveis e de fato contribuírem para o desenvolvimento sustentável de forma global. Sendo assim, por meio do presente estudo, constatou-se a relevância de considerar que a efetivação do desenvolvimento sustentável deve caminhar por um único sistema capaz de integrar todas as áreas que as empresas precisam atender e respeitar nas suas demandas.

Palavras-chave: meio ambiente, qualidade, saúde e segurança ocupacional.

ABSTRACT

The Integrated Management System is a powerful tool at the moment and the regulations present the requirements that lead to the sustainability and certification of companies. In this context, the objective was to discuss and analyze the Management Systems and the compatibility between the norms in the current context. To reach the objectives, the existing literature on the subject was used. With this study, it has been observed that with an increasingly competitive and demanding market, it is fundamental that companies comply with standards related to product quality, the environment, occupational safety and health. In this sense, social responsibility has been presenting strong indications as a differential to be added. The latest version of the standard of quality and environment (NBR ISO 9001: 2015 and NBR ISO 14001: 2015) complement the recent standard of occupational safety and health (NBR ISO 45001: 2018), since they are more integrated. These standards reflect the tripod of sustainable development and require the greatest commitment of all in organizations with their management systems. The major importance for companies that rely on such systems and standards is the ability to become locally more sustainable and in fact contribute to a global sustainable development. Thus, through the present study, it was verified the relevance of considering that

¹ Monografia.

² Aluna do curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho - Centro Universitário Franciscano. E-mail: fabianegrantzotto@yahoo.com.br

³ Orientadora. Docente da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: narafqs@gmail.com

the implementation of a sustainable development must walk through a single system capable of integrating all the areas that companies must meet and respect in their demands.

Keywords: *environment, quality, occupational safety and health.*

INTRODUÇÃO

As três últimas décadas caracterizam-se pelas mudanças acentuadas nos hábitos de consumo da população, que almeja produtos comprometidos com a saúde e o meio ambiente. Sendo assim, as organizações vêm procurando cada vez mais buscar processos de gestão que atendam às exigências do consumidor e do mercado concorrente. A competitividade das organizações tem influência direta do aquecimento da economia, disponibilidade de crédito, avanço de tecnologias e conquista de novos mercados. De acordo com Soluri e Neto (2015), empresas de todos os tamanhos vivenciam um cenário competitivo, enfrentando desafios e demandas relacionados com a sua lucratividade, qualidade, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

Considerando esses aspectos, assim como o mercado globalizado, para que as organizações permaneçam atuantes e continuem crescendo, há necessidade de contar com um Sistema de Gestão adequado, que apresente normativas internacionalmente aceitas. Atualmente, os principais sistemas de gestão são: o Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSSO) e o Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SGRS), sendo que cada norma é específica. Destaca-se que, mesmo sendo normas de caráter voluntário, o SGQ, o SGA e o SGSSO são passíveis de certificação.

Ainda que esses sistemas permaneçam como normas puramente voluntárias, a pressão do mercado exerce influência nas organizações pela busca da certificação. Além disso, Sanches (2011) salienta que as pressões exercidas pelos clientes também fazem com que as empresas repensem suas posturas.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável se torna um desafio para as empresas. Conforme Alves, Lima e Mota (2010), a visão sustentável nas organizações deixou de ser uma opção, passando a ser vista como uma estratégia e, até mesmo, um diferencial para a sobrevivência. Isso provocou um processo, por meio do qual as organizações passaram a estabelecer sistemas de gestão que atentam aos princípios da sustentabilidade, tendo em vista a integração dos sistemas SGQ, o SGA e o SGSSO.

Embora a normatização de cada sistema tenha sido organizada para proporcionar essa integração, sabe-se que, na prática, as dificuldades não são poucas. Dentre os desafios mais citados pelas organizações têm-se: a inexistência de uma norma para o Sistema Integrado de Gestão (SIG), a falta de qualificação de pessoas nas três normas, a resistência dos envolvidos (por pensarem que a integração pode causar demissões), a dificuldade dos gestores em alinhar a estratégia da empresa com a gestão

integrada dos sistemas, a dificuldade de romper o conceito de que um sistema é mais importante que o outro, dentre outros.

Diante do exposto, teve-se como objetivo neste trabalho discutir e analisar o Sistema de Gestão de Qualidade, o Sistema de Gestão Ambiental, o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, o Sistema de Gestão da Responsabilidade Social e a integração das normas com foco em mudanças recentes.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho compreende uma revisão de literatura. Foram estudados os sistemas de gestão utilizados pelas organizações e realizada uma análise de suas normatizações, a fim de verificar a compatibilidade entre os requisitos das normas no contexto atual, vivenciado nas empresas. O foco principal de análise foram o Sistema de Gestão de Qualidade, o Sistema de Gestão Ambiental, o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional e suas respectivas normas que oferecem certificação internacionalmente aceitas: NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 14001:2015, NBR ISO 45001:2018. Esses sistemas e suas normatizações são os mais utilizados no Sistema Integrado de Gestão dentro das organizações, de forma que represente um dos aspectos da relevância deste estudo.

CONTEXTO DOS SISTEMAS DE GESTÃO

A pesquisa adota o termo “Sistema Integrado de Gestão” e não o “Sistema de Gestão Integrada”, como pode ser encontrado em outras pesquisas e aplicado em algumas empresas. O termo “Gestão Integrada” pode ter significados e conotações mais abrangentes nas empresas e incluir todas as suas atividades como, por exemplo, a gestão de finanças e o marketing. A intenção é fazer referência a um sistema que integre o Sistema de Gestão de Qualidade, o Sistema de Gestão Ambiental, o Sistema de Saúde e Segurança Ocupacional e que tenha comprometimento com a Responsabilidade Social.

Após a Revolução Industrial, as organizações estruturaram-se, transformando os processos em linhas operacionais. Ainda que não fossem sistemáticas documentadas, apontavam os sinais da necessidade de uma sistematização formal (KRÜGNER, 2010). Em seguida, surgem as teorias de Taylor e Faiol, padronizando os processos, sendo que a produtividade se baseava na repetibilidade das tarefas a serem executadas pelos trabalhadores.

Por meio do uso de normas foi possível que as indústrias reduzissem a variedade de produtos e componentes, a fabricação de peças inadequadas e os itens em estoque. Conforme Melo (2004), a história das organizações é marcada, dentro dos modelos capitalistas, por uma busca constante de melhores métodos e resultados produtivos. Assim, a sociedade foi se acostumando a

viver dentro de padrões pré-estabelecidos, fiscalizados e com aplicações de medidas punitivas ao que não estava em conformidade.

A partir da evolução da globalização entre os mercados das nações, os consumidores de todos os países - cada qual com um grau diferente - tornaram-se mais exigentes, pressionando as organizações a disponibilizarem bens e serviços com qualidade e apresentarem menores preços, assim como diminuírem os impactos ao meio ambiente e aos perigos à saúde e à segurança ocupacional (MELO, 2004). Além disso, atualmente, o mercado busca favorecer linhas de créditos com organizações que almejam a responsabilidade social.

Diante desse contexto, surge o primeiro movimento normalizado de Sistema de Gestão de Qualidade. Ademais, cabe ressaltar que nas décadas de 50 e 60 o Programa Total da Qualidade foi o mais utilizado com a finalidade de implantar a melhoria contínua e o método da causa e efeito. Com a chegada da década de 70, a entidade inglesa British Standard Institute (BSI) lançou uma série de normas chamadas (British Standard) - BS 5750, que propunham procedimentos administrativos gerenciais, buscando a qualidade dos bens produzidos nas empresas da Inglaterra. Atualmente, o sistema de qualidade mais empregado em todo mundo nos processos de normalização é o Sistema de Gestão de Qualidade, baseado nas normas do conjunto da International Organization for Standardization - ISO 9000.

A implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade visa demonstrar aptidão para proporcionar produtos ou serviços que vão de encontro aos requisitos do cliente e dos requisitos regulamentares aplicáveis e que seguem padrões internacionais. Soares e Pinto (2010) destacam que esse sistema viabiliza a melhora da satisfação do cliente através da melhoria contínua e da eficácia do Sistema de Gestão. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lançou em 1994 a Norma Brasileira - NBR ISO 9001 que, posteriormente, sofreu revisões nos anos de 2000, 2008 e 2015, respectivamente.

Várias organizações de grande porte com origem em países ricos optaram por negar o padrão proposto pela série ISO 9000, principalmente a ISO 9001, alegando que já possuíam Sistemas de Gestão e não teriam a necessidade de adaptá-los para atender às exigências propostas. Destacam-se as indústrias automotivas dos Estados Unidos da América, como a General Motors, a Ford e a Chrysler, que usaram esta argumentação. Como consequência disso, foi criada a QS-9000 (Quality Systems Requirements), uma norma internacional específica para a indústria automobilística e com requisitos mais rígidos do que aqueles propostos pelo conjunto ISO 9000.

Após o SGQ, outro movimento surgiu e ganhou força em todo mundo: o movimento de sistematização da gestão do meio ambiente. Cabe ressaltar que o primeiro Sistema de Gestão a contemplar as variáveis do meio ambiente foi o Modelo Winter, em 1972, que constituiu uma proposta de normalização voluntária para as organizações, sem efeito para certificação e que não obteve uma adesão significativa das organizações. No Brasil, o Programa de Atuação Responsável chegou por meio da ABIQUIM (Associação Brasileira das Indústrias Químicas), em 1990.

A primeira norma sobre gestão do meio ambiente surgiu em 1992, tornando-se certificável em 1994, com a British Standard Institute, que lançou a norma BS 7750 e que mais tarde serviria de base para a ISO 14001. Na BS 7750, eram abordadas especificações para a implantação, o desenvolvimento e a manutenção de um Sistema de Gestão Ambiental com a finalidade de cumprir com a política os objetivos e metas ambientais.

A implementação de um SGA numa organização tem várias motivações, tais como: a introdução de medidas que ajudam a minimizar consumos, o aumento da eficiência dos processos e procedimentos existentes, e o estímulo do desenvolvimento de novas medidas e de novos dispositivos, sempre que necessários. Isso implica em uma boa publicidade, com o uso de imagem da organização, bem como do atendimento das exigências dos clientes e dos investidores que procuram garantir produtividade e segurança (OLIVEIRA, 2016).

A NBR ISO 14001 é certificável e foi publicada no Brasil pela ABNT em 1996 e posteriormente revisada nos anos de 2004 e 2015. Essa norma faz parte da série ISO 14000, reconhecida internacionalmente e especifica aos requisitos relativos ao Sistema de Gestão Ambiental. A partir disso, a organização pode formular sua política e objetivos, tendo em vista os requisitos legais e informações referentes aos impactos ambientais significativos.

Conforme Krüger (2010), a gestão ambiental é motivada por uma mudança nos valores da cultura empresarial, que objetiva a visão ideológica em relação ao crescimento econômico da visão ideológica da sustentabilidade. Dessarte, o pensamento mecanicista dá lugar ao pensamento sistêmico surgindo, então, um novo estilo de administração.

De modo específico, a ISO 14001 determina as exigências do SGA relativas ao comprometimento da empresa em seguir a legislação e os regulamentos, a fim de gerar melhorias em benefício próprio. É importante ressaltar o caráter voluntário na adoção da ISO 14001, ainda que, de acordo com Sanches (2011), as organizações têm sido obrigadas a adotarem o sistema para conquistar novos mercados, principalmente as que almejam ao comércio internacional.

Para completar as exigências do mercado e a atender os princípios do desenvolvimento sustentável, as organizações passam a buscar padrões que consideram a saúde e a segurança ocupacional, além da qualidade do produto e da preservação ambiental. Em 1996, a British Standard Institute lançou a Norma BS 8800 - Guide to Health and Safety Management. Conforme Krüger (2010), essa norma inglesa, embora seja certificável, não compõe um Sistema de Gestão, mas especifica requisitos para serem gerenciados pelo sistema em questão.

Ainda em 1996, a ISO, juntamente com a Organização Internacional do trabalho (OIT) organizaram em Genebra, na Suíça, um seminário sobre Sistemas de Gestão em Saúde e Segurança Ocupacional. Entretanto, a ISO decidiu não elaborar normas para um SGSSO por considerar que o tema não era de interesse internacional.

Por conta disso, o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional foi proposto somente em 1997, com a norma OHSAS 18001, Occupation Health and Safety Assessment Series, baseada na BS 8750. A OHSAS foi efetivada por meio da versão de 1999, que estabeleceu definitivamente os requisitos de um Sistema de Gestão com fundamento na OHSAS 18002, que corresponde às diretrizes para a implementação da OHSAS 18001 (MELO, 2004). A OHSAS:1999 foi revisada em 2007 e, mais recentemente, substituída pela ISO 45001 de 2018, que trouxe a proposta de certificação para o SGSSO.

Esse estudo já destaca a relevância de integralização de um Sistema de Gestão, em virtude de que a OHSAS 18001 é uma normativa que estabelece padronização interna à organização, enquanto a ISO 14001 é focada nos efeitos externos, ou seja, nos impactos ambientais gerados pela organização. Contudo, enquanto a OHSAS 18001 consiste em uma ferramenta gerencial para a implantação do SGSSO de uma organização que visa reduzir ou eliminar completamente os riscos de saúde e segurança ocupacional (SSO), a ISO 14001 desempenha o mesmo papel para os riscos relacionados ao meio ambiente, associados às atividades da organização (SEIFERT, 2010).

Em agosto de 2013, o sistema ISO anunciou a elaboração da norma de gestão em SSO, prevista para finalização em 2016. Porém, só em dezembro de 2017 é que a ISO 45001 foi lançada, combinando com os paradigmas da ISO 9001 e ISO 14001, o que veio contribuir ainda mais para a integração dos sistemas de gestão.

O SGSSO tem por objetivo garantir a preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores no desempenho de suas funções laborais, estabelecendo ações sistemáticas de controle, monitoramento e prevenção de acidentes, além de promover a melhoria contínua por meio da educação e treinamento (GAZZI, 2005). Assim, um SGSSO está integrado aos Sistemas de Gestão Organizacional, como o ambiental e de qualidade, contribuindo para a melhoria das condições do ambiente de trabalho nas empresas.

No Brasil, as normas certificáveis seguem a cronologia, cujo início é representado pela ISO 9001 em 1994, a ISO 14001 em 1996, a OHSAS 18001 em 1999 e a ISO 45001 em 2018. Essa sequência seguiu a ordem de aparecimento de novos valores no meio empresarial, primeiramente por atender à satisfação dos clientes e, atualmente, por também satisfazer às necessidades de investidores, da área de vizinhança, da sociedade, dos funcionários e das outras partes interessadas (KARAPETROVIC, 2003).

No campo da responsabilidade social, a ABNT lançou a NBR 16001, no Brasil, no ano de 2004, a primeira da série 16000, passível de certificação. No final de 2010, surge a Norma ISO 26000, internacional, não certificável e sem caráter de Sistema de Gestão. De acordo com Moreira (2013) é importante destacar que, em 2012, foi emitida uma nova versão da NBR 16001, cuja certificação não implica necessariamente que a organização certificada atenda à norma internacional ISO 26000.

Ao considerar-se o cenário atual, no Brasil, a vigorosa crise institucional e a desigualdade social aumentam a evidência da relevância das organizações em assumirem o seu comprometimento

e responsabilidade com a sociedade pela busca da cidadania. Sendo assim, a responsabilidade social representa um instrumento de extrema relevância a ser considerado, da mesma forma que as normatizações anteriormente discutidas, com caráter voluntário, que são essenciais para a recuperação dos princípios morais e éticos da sociedade brasileira. Há, portanto, um enorme desafio frente ao objetivo da responsabilidade social que é o benefício à coletividade, seja relativa ao público interno ou externo, com empregados, comunidades e parceiros dentro das organizações.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

Conforme destacado, os Sistemas de Gestão e as normatizações surgiram numa ordem cronológica, a fim de atender às demandas do mercado. No entanto, continuaram a ocorrer os problemas com a qualidade de produtos e serviços, com o atendimento às questões ambientais e com a saúde e segurança. Dessa forma, foi observada a necessidade de trabalhar com os sistemas de forma integrada e concentrar a responsabilidade social para dentro das empresas.

Numa organização trabalhar com sistemas de gestão isolados acaba sendo ineficiente uma vez que o mercado é dinâmico e globalizado. De acordo com De Cicco (2010), a integração de sistemas pode ser definida como a combinação de processos, procedimentos e práticas utilizados numa organização para implementar as suas políticas de gestão, de forma que seja mais eficiente no atendimento dos objetivos oriundos da própria empresa, pois quando há vários sistemas individuais se sobrepondo podem ser identificadas ineficiências.

Conforme Seiffert (2010), a gestão integrada implica na adoção de políticas que expressem as necessidades e expectativas das partes interessadas acerca de todas as dimensões de seu desempenho socioambiental do negócio. Os sistemas mais utilizados hoje pelas organizações são: de qualidade, o ambiental e o da saúde e segurança ocupacional. Esses sistemas podem ser empregados em qualquer organização e proporcionam um conjunto integrado de procedimentos e diretivas que visam aumentar a qualidade do produto, bem como minimizar e solucionar os passivos ambientais, assim como controlar os perigos e riscos dos ambientes de trabalho (MUKAI, 2012).

Labodová (2004) propõe duas formas de integração de sistemas de gestão verificadas em empresas europeias. A primeira é quando ocorre a implementação sequencial de sistemas individuais - qualidade, meio ambiente e saúde e segurança - que combinados, formam o SIG. A segunda é quando apenas um sistema engloba todas as três áreas. Para essa forma de implementação, a metodologia escolhida está baseada nas teorias da análise de risco, cujo significado pode ser usado como um fator integrador - risco para o meio ambiente, para a saúde dos empregados e população ao redor e risco de perdas econômicas decorrentes de problemas no produto.

Para Campos e Medeiros (2009), a integração de normas é uma parte do processo do SIG que consiste também na integração de pessoas e de recursos financeiros. Seiffert (2010) diz que a

implantação de um SIG surge da necessidade concreta das organizações responderem prontamente ao surgimento de novos paradigmas sociais relacionados a um mercado globalizado, cada vez mais consciente e exigente.

Não existe um Sistema Integrado de Gestão que possa ser formalmente certificado, assim, uma empresa que possui SIG possui certificações distintas. É importante ressaltar que um SIG pode incluir vários tipos de sistemas de gestão e, por isso, os sistemas de gestão envolvidos no SIG devem ser identificados (LABODOVÁ, 2004).

O termo integração é geralmente entendido como a combinação das partes separadas em um todo. Especificamente, a integração dos sistemas de gestão pode ser definida como um processo de união de diferentes funções específicas de sistemas de gestão em um único e mais eficaz SIG. A extensão da integração dos sistemas de gestão pode variar significativamente de uma empresa para outra, dependendo das condições prevalecentes, estratégias e normas mínimas (BECKMERHAGEN et al., 2003).

Segundo Zeng, Tian e Shi (2005), a integração é incentivada pela existência de itens das normas que apresentam textos praticamente idênticos e são facilmente integráveis, como: formulação de políticas, definição de autoridades e responsabilidades, representante da direção, treinamento, documentação e comunicação.

Conforme Seiffert (2010), a política de um SIG deve conter três comprometerimentos chave e que podem ser considerados como os pilares de sustentação do SIG, que são: o atendimento à legislação aplicável às atividades da organização, a prevenção dos riscos de SSO e impactos ambientais, e, por fim, o comprometimento com a melhoria contínua. Observa-se que as exigências de um SIG são as mesmas para que se alcance o desenvolvimento sustentável. Por conta disso, a tendência é de que o termo desenvolvimento sustentável seja cada vez mais considerado como forma de atualização do SIG.

Em 1987, o Relatório de Brundtland deu corpo ao desenvolvimento sustentável por meio do seu conceito como sendo o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. De acordo com Soluri e Neto (2015), nessa definição aparecem os conceitos de necessidade e limitação destacados de maneira mais importante. Então, o desenvolvimento sustentável amplia as responsabilidades empresariais, incluindo os aspectos sociais e ambientais, além da rentabilidade financeira.

Além do conceito, o documento apresenta o objetivo e os princípios do desenvolvimento sustentável. Almeida (2002) diz que a direção do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear ou única, que assumiu o desenvolvimento dominante, mas aquele capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental.

Esse relatório parte de uma análise dos problemas socioeconômicos e ecológicos de uma sociedade, em escala global, aprimorando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política. Alves, Lima e Mota (2010) destacam que outros valores começam a ser considerados como, por exemplo, a responsabilidade social, que aproxima ainda mais os membros da sociedade com as organizações.

Inicialmente, pode-se considerar que para atingir reais benefícios com a implementação do SIG, é necessário o empenho de toda organização, além da firmeza de propósitos e da adaptação dos modelos das normas à realidade da empresa (LÔRDELO, 2004). Um Sistema Integrado de Gestão exige uma reconstrução contínua, atualização e inovação nas diferentes áreas do Sistema de Gestão (JØRGENSEN; REMMEN; MELLADO, 2006).

A implantação do Sistema Integrado de Gestão é, num primeiro momento, mais desafiadora, visto que gera benefícios e fragilidades, razão pela qual a sua integração exige um estudo de projeto mais detalhado para verificar a sua adequação ao momento que a organização está passando, dentro de certo contexto de mercado (BONATO; PORTES; CATEN, 2017). Ao considerar isso, De Cicco (2000) apresenta a implantação do SIG como um benefício, mas também decorre sobre as fragilidades, tais como a falta de comunicação e de comprometimento de seus envolvidos.

Coelho (2000) recomenda que as empresas busquem a integração dos Sistemas de Gestão, pois com um único sistema é mais fácil de administrar e de conseguir o envolvimento das pessoas, porém, concomitantemente, considera que o processo de implementação deve começar pelo comprometimento da administração. Moraes, Vale e Araújo (2013) salientam a importância da integração dos sistemas como uma ferramenta gerencial que contribui para a melhoria do desempenho das empresas, tornando sua gestão mais eficiente na implantação das políticas, objetivos, processos, procedimentos e práticas.

Seiffert (2010) atenta para um detalhe importante entre as normas OHSAS 18001 e ISO 14001. Segundo seus estudos, elas não estabelecem critérios absolutos de desempenho do SIG ou demonstram que cada sistema isolado sempre está condicionado à legislação do país onde a empresa pretende se instalar ou está instalada, o que ocorre também com o Sistema de Gestão da Qualidade.

O comprometimento em relação à qualidade, ao meio ambiente, à saúde e segurança ocupacional e à responsabilidade social é importante para a competitividade e a imagem positiva das organizações, sendo que a compreensão compartilhada das organizações e como elas operam é uma condição básica para um SIG (JØRGENSEN; REMMEN; MELLADO, 2006). É frequente a preocupação social com as questões relacionadas à segurança, ao meio ambiente e à saúde. Nessa última década, observa-se que as organizações estão melhorando seus desempenhos nessas áreas com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade socioambiental.

COMPARATIVO ENTRE AS NORMATIZAÇÕES

Cada uma das Normas dos Sistemas de Gestão que visam a certificação como a NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 14001:2015 e NBR ISO 45001:2018, possuem seus próprios requisitos (Quadro 1), de forma que os requisitos principais (política, planejamento, implementação e operação, avaliação de desempenho, melhoria e análise crítica pela direção) servem como base para a integração entre as normatizações.

Conforme Soluri e Neto (2015), os princípios básicos de implantação das normas são comuns e apresentam a mesma lógica, assim como a metodologia de implantação, havendo divergências apenas no foco do controle de riscos e na abrangência do impacto. Dessarte, observa-se que a implantação dos sistemas isolados para cada uma dessas áreas gera um retrabalho para as organizações porque são ineficientes, à medida que for considerado o sistema como um todo, ou seja, globalizado.

Quadro 1 - Comparativo entre os requisitos das normatizações entre o Sistema de Gestão Qualidade (SGQ), Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSSO), que oferecem a certificação.

NBR ISO 9001:2015 - SGQ	NBR ISO 14001:2015 - SGA	NBR ISO 45001:2018 - SGSSO
0 Introdução Generalidades Princípios de gestão da qualidade Abordagem de processo Generalidades Ciclo PDCA Mentalidade de risco 0.4 Relacionamento com outras normas de gestão	0 Introdução Histórico Objetivo de um SGA Fatores de sucesso Ciclo PDCA Conteúdo desta norma	Prefácio Objetivo de um Sistema de Gestão de Saúde Ocupacional e Segurança Fatores de sucesso Ciclo PDCA Conteúdos desta norma
1 Escopo	1 Escopo	1 Escopo
2 Referencias normativas	2 Referencias normativas (Não há)	2 Referências normativas (não há)
3 Termos e definições	3 Termos e definições 3.1 Termos referentes à organização e liderança 3.1.1 Sistema de Gestão 3.1.2 SGA 3.1.3 Política ambiental 3.1.4 Organização 3.1.5 Alta direção 3.1.6 Parte interessada 3.2 Termos referentes ao planejamento 3.2.1 Meio ambiente 3.2.2 Aspecto ambiental 3.2.3 Condição ambiental 3.2.4 Impacto ambiental 3.2.5 Objetivo 3.2.6 Objetivo ambiental 3.2.7 Prevenção da poluição 3.2.8 Requisito	3 Termos e definições 3.1 Organização 3.2 Partes interessadas 3.3 Trabalhador 3.4 Participação 3.5 Conduta 3.6 Local de trabalho 3.7 Contratado 3.8 Requisito 3.9 Requerimentos legais e outros requerimentos 3.10 Sistema de Gestão 3.11 Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional 3.12 Alta direção 3.13 Eficácia 3.14 Política 3.15 Política de segurança e saúde ocupacional 3.16 Objeto

NBR ISO 9001:2015 - SGQ	NBR ISO 14001:2015 - SGA	NBR ISO 45001:2018 - SGSSO
	3 Termos e definições 3.2.9 Obrigações de cumprimento 3.2.10 Risco 3.2.11 Riscos e oportunidades 3.3 Termos referentes ao suporte e à operação 3.3.1 Competência 3.3.2 Informação documentada 3.3.2 Informação documentada 3.3.3 Ciclo de vida 3.3.4 Terceirizar 3.3.5 Processo 3.4 Termos referentes à avaliação de desempenho e melhoria 3.4.1 Auditoria 3.4.2 Conformidade 3.4.3 Não conformidade 3.4.4 Ação corretiva 3.4.5 Melhoria contínua 3.4.6 Eficácia 3.4.7 Indicador 3.4.8 Monitoramento 3.4.9 Medição 3.4.10 Desempenho 3.4.11 Desempenho ambiental	3 Termos e definições 3.17 Objetivos de saúde e segurança 3.18 Lesões e problemas de saúde 3.19 Perigos 3.20 Risco 3.21 Riscos de segurança saúde ocupacional 3.22 Oportunidade de segurança e saúde ocupacional 3.23 Competência 3.24 Informação documentada 3.25 Processo 3.26 Procedimento 3.27 Desempenho 3.28 Desempenho em saúde e segurança no trabalho 3.29 Terceirizar 3.30 Monitoramento 3.31 Medição 3.32 Auditoria 3.33 Conformidade 3.34 Não conformidade 3.35 Incidente 3.36 Ação corretiva 3.37 Melhoria contínua
4 Contexto da organização 4.1 Entendo a organização e seu contexto 4.2 Entendendo as necessidades e expectativas das partes interessadas 4.3 Determinando o escopo do SGQ 4.4 SGQ e seus processos	4 Contexto da organização 4.1 Entendendo a organização e seu contexto 4.2 Entendo as necessidades e expectativas de partes interessadas 4.3 Determinando o escopo do SGA 4.4 SGA	4 Contexto da organização 4.1 Compreensão da organização e seu contexto 4.2 Compreensão das necessidades da organização e expectativas dos trabalhadores e outras partes interessadas 4.3 Determinação do Sistema de Gestão da SSO 4.4 SGSSO
5 Liderança 5.1 Liderança e comprometimento 5.1.1 Generalidades 5.1.2 Foco no cliente 5.2 Política 5.2.1 Desenvolvendo a política da qualidade 5.2.2 Comunicando da política de qualidade 5.3 Papéis, responsabilidades e autoridades organizacionais	5 Liderança 5.1 Liderança e comprometerimentos 5.2 Política ambiental 5.3 Papéis, responsabilidades e autoridades organizacionais	5 Liderança 5.1 Liderança e compromisso 5.2 Política de SSO 5.3 Funções organizacionais, responsabilidades e auditorias 5.4 Participação e consulta
6 Planejamento 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades 6.2 Objetivos da qualidade e planejamento para alcança-los 6.3 Planejamento de mudanças	6 Planejamento 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades 6.1.1 Generalidades 6.1.2 Aspectos ambientais 6.1.3 Requisitos legais e outros requisitos 6.1.4 Planejamento de ações	6 Planejamento 6.1 Ações para tratar riscos e oportunidades 6.1.1 Geral 6.1.2 Identificação de perigos e avaliação de riscos de SSO 6.1.2.1 Identificação do perigo

NBR ISO 9001:2015 - SGQ	NBR ISO 14001:2015 - SGA	NBR ISO 45001:2018 - SGSSO
	6 Planejamento 6.2 Objetivos ambientais e planejamento para alcança-los 6.2.1 Objetivos ambientais 6.2.2 Planejamento de ações para alcançar os objetivos ambientais	6 Planejamento 6.1.2.2 Avaliação dos riscos de SSO e outros riscos para o Sistema de Gestão da SSO 6.1.2.3 Identificação de oportunidades de SSO e outras oportunidades 6.1.3 Determinação dos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos 6.1.4 Planejamento para tomadas de ações 6.2 Objetivos e planejamento de SSO para atingi-los 6.2.1 Objetivos de SSO 6.2.2 Planejamento para atingir os objetivos de SSO
7 Apoio 7.1 Recursos 7.1.1 Generalidades 7.1.2 Pessoas 7.1.3 Infraestrutura 7.1.4 Ambiente para operação dos processos 7.1.5 Recursos de monitoramento e medição 7.1.5.1 Generalidades 7.1.5.2 Rastreabilidade de medição 7.1.6 Conhecimento organizacional 7.2 Competência 7.3 Conscientização 7.4 Comunicação 7.5 Informações documentadas 7.5.1 Generalidades 7.5.2 Criando e atualizando 7.5.3 Controle de informação documentada	7 Apoio 7.1 Recursos 7.2 Competência 7.3 Conscientização 7.4 Comunicação 7.4.1 Generalidades 7.4.2 Comunicação interna 7.4.3 Comunicação externa 7.5 Informação documentada 7.5.1 Generalidades 7.5.2 Criando e atualizando 7.5.3 Controle de informação documentada	7 Suporte 7.1 Recursos 7.2 Competência 7.3 Consciência 7.4 Informação e comunicação 7.5 Informação documentada 7.5.1 Geral 7.5.2 Elaboração e atualização 7.5.3 Controle de informação documentada
8 Operação 8.1 Planejamento e controle operacionais 8.2 Requisitos para produtos de serviços 8.2.1 Comunicação com o cliente 8.2.2 Determinação de requisitos relativos a produtos e serviços 8.2.3 Análise crítica de requisitos relativos a produtos e serviços 8.2.4 Mudanças nos requisitos para produtos e serviços 8.3 Projeto e desenvolvimento de produtos e serviços 8.3.1 Generalidades 8.3.2 Planejamento de projeto e desenvolvimento	8 Operação 8.1 Planejamento e controle operacionais 8.2 Preparação e resposta a emergências	

NBR ISO 9001:2015 - SGQ	NBR ISO 14001:2015 - SGA	NBR ISO 45001:2018 - SGSSO
<p>8. Operação</p> <p>8.3.3 Entrada de projeto e desenvolvimento</p> <p>8.3.4 Controles de projeto e desenvolvimento</p> <p>8.3.5 Saídas de projeto e desenvolvimento</p> <p>8.3.6 Mudanças de projetos e desenvolvimento</p> <p>8.4 Controle de processos, produtos e serviços providos externamente</p> <p>8.4.1 Generalidades</p> <p>8.4.2 Tipo e extensão do controle</p> <p>8.4.3 Informações para provedores externos</p> <p>8.5 Produção e provisão de serviços</p> <p>8.5.1 Controle de produção e de provisão de serviço</p> <p>8.5.2 Identificação e rastreabilidade</p> <p>8.5.3 Propriedade pertencente a clientes ou provedores externos</p> <p>8.5.4 Preservação</p> <p>8.5.5 Atividades pós-entrega</p> <p>8.5.6 Controle de mudanças</p> <p>8.6 Liberação de produtos e serviços</p> <p>8.7 Controle de saídas não conformes</p>		
<p>9 Avaliação de desempenho</p> <p>9.1 Monitoramento, medição, análise e avaliação</p> <p>9.1.1 Generalidades</p> <p>9.1.2 Satisfação do cliente</p> <p>9.1.3 Análise e avaliação</p> <p>9.2 Auditoria interna</p> <p>9.3 Análise crítica pela direção</p> <p>9.3.1 Generalidades</p> <p>9.3.2 Entradas de análise crítica pela direção</p> <p>9.3.3 Saídas pela análise crítica pela direção</p>	<p>9 Avaliação de desempenho</p> <p>9.1 Monitoramento, medição, análise e avaliação</p> <p>9.1.1 Generalidades</p> <p>9.1.2 Avaliação do atendimento aos requisitos legais e outros requisitos</p> <p>9.2 Auditoria interna</p> <p>9.2.1 Generalidades</p> <p>9.2.2 Programa de auditoria interna</p> <p>9.3 Análise crítica pela direção</p>	<p>9 Avaliação do desempenho</p> <p>9.1 Monitoramento, medição análise e avaliação</p> <p>9.1.1 Geral</p> <p>9.1.2 Avaliação da conformidade com os requisitos legais e outros requisitos</p> <p>9.2 Auditoria interna</p> <p>9.2.1 Objetivos da auditoria interna</p> <p>9.2.2 Processo de auditoria interna</p> <p>9.3 Análise crítica pela direção</p>
<p>10 Melhoria</p> <p>10.1 Generalidades</p> <p>10.2 Não conformidade e ação corretiva</p> <p>10.3 Melhoria contínua</p>	<p>10 Melhoria</p> <p>10.1 Generalidades</p> <p>10.2 Não conformidade e ação corretiva</p> <p>10.3 Melhoria contínua</p>	<p>10 Melhoria</p> <p>10.1 Incidente, não conformidade e ação corretiva</p> <p>10.2 Melhoria contínua</p> <p>10.2.1 Objetivos para melhoria contínua</p> <p>10.2.2 Processo de melhoria contínua</p>
<p>Anexo A - Esclarecimento da nova estrutura, terminologia e conceitos.</p> <p>A.1 - Estrutura e terminologia</p> <p>A.2 - Produtos serviço</p>	<p>Anexo A - Orientações para uso desta norma</p> <p>A.1 - Generalidades</p> <p>A.2 - Esclarecimento da estrutura e terminologia</p>	<p>Anexo A - Orientação sobre o uso desta norma</p> <p>A.1 Geral</p> <p>A.2 Referências normativas (não há)</p>

NBR ISO 9001:2015 - SGQ	NBR ISO 14001:2015 - SGA	NBR ISO 45001:2018 - SGSSO
<p>Anexo A - Esclarecimento da nova estrutura, terminologia e conceitos.</p> <p>A.3 - Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas</p> <p>A.4 - Mentalidade de risco</p> <p>A.5 - Aplicabilidade</p> <p>A.6 - Informação documentada</p> <p>A.7 - Conhecimento organizacional</p> <p>A.8 - Controle de processos, produtos e serviços providos externamente</p>	<p>Anexo A - Orientações para uso desta norma</p> <p>A.3 - Esclarecimento de conceitos</p> <p>A.4 - Contexto da organização</p> <p>A.4.1 Entendendo a organização e seu contexto</p> <p>A.4.2 Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas</p> <p>A.4.3 Determinando o escopo do Sistema de Gestão Ambiental</p> <p>A.4.4 SGA</p> <p>A.5 Liderança</p> <p>A.5.1 Liderança e comprometimento</p> <p>A.5.2 Política ambiental</p> <p>A.5.3 Papéis, responsabilidades e autoridades organizacionais</p> <p>A.6 Planejamento</p> <p>A.6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades</p> <p>A.6.1.1 Generalidades</p> <p>A.6.1.2 Aspectos ambientais</p> <p>A.6.1.3 Requisitos legais e outros requisitos</p> <p>A.6.1.4 Planejamento de ações</p> <p>A.6.2 Objetivos e planejamento para alcança-los</p> <p>A.7 Apoio</p> <p>A.7.1 Recursos</p> <p>A.7.2 Competências</p> <p>A.7.3 Conscientização</p> <p>A.7.4 Comunicação</p> <p>A.7.5 Informação documentada</p> <p>A.8 Operação</p> <p>A.8.1 Planejamento e controle operacional</p> <p>A.8.2 Preparação e resposta a emergências</p> <p>A.9 Avaliação de desempenho</p> <p>A.9.1 Monitoramento, medição, análise e avaliação</p> <p>A.9.1.1 Generalidades</p> <p>A.9.1.2 Avaliação do atendimento aos requisitos legais e outros requisitos</p> <p>A.9.2 Auditoria interna</p> <p>A.9.3 Análise crítica pela direção</p> <p>A.10 Melhoria</p> <p>A.10.1 Generalidade</p> <p>A.10.2 Não conformidade e ação corretiva</p> <p>A. 10.3 Melhoria contínua</p>	<p>Anexo A - Orientação sobre o uso desta norma</p> <p>A.3 Termos e definições</p> <p>A.4 Contexto da organização</p> <p>A.4.1 Entendendo o contexto da organização</p> <p>A.4.2 Entendendo as expectativas dos trabalhadores e outras partes interessadas</p> <p>A.4.3 Escopo do Sistema de Gestão da SSO</p> <p>A.4.4 Gerenciamento do sistema de SSO</p> <p>A.5 Liderança e participação do trabalhador</p> <p>A.5.1 Liderança e comprometimento</p> <p>A.5.2 Política</p> <p>A.5.3 Papéis, responsabilidades, prestação de contas e autoridades da organização</p> <p>A.5.4 Participação e consulta</p> <p>A.6 Planejamento</p> <p>A.6.1 Ações para abordar os riscos e oportunidades</p> <p>A.6.1.1 Geral</p> <p>A.6.2 Identificação de perigos e avaliações de riscos de SSO</p> <p>A.6.2.1 Identificação dos perigos</p> <p>A.6.2.2. Avaliação dos riscos de saúde e segurança ocupacional e outros riscos para o SGSSO</p> <p>A.6.2.3 Identificação das oportunidades do SGSSO e outras oportunidades</p> <p>A.7 Apoio</p> <p>A.7.1 Recursos</p> <p>A.7.2 Competência</p> <p>A.7.3 Conscientização</p> <p>A.7.4 Informação e comunicação</p> <p>A.7.5 Informação documentada</p> <p>A.8 Operação</p> <p>A.8.1 Planejamento e controle operacional</p> <p>A.8.1.1 Generalidades</p> <p>A.8.1.2 Hierarquia dos controles</p> <p>A.8.2 Gerenciamento da mudança</p> <p>A.8.3 Terceirização</p> <p>A.8.4 Aquisição</p> <p>A.8.5 Empreiteiros</p> <p>A.8.6 Preparação e resposta a emergências</p> <p>A.9 Avaliação de desempenho</p> <p>A.9.1 Monitoramento, medição, análise e avaliação</p> <p>A.9.1.1 Generalidades</p>

NBR ISO 9001:2015 - SGQ	NBR ISO 14001:2015 - SGA	NBR ISO 45001:2018 - SGSSO
		Anexo A - Orientação sobre o uso desta norma A.9.1.2 Avaliação do cumprimento com os requisitos legais e outros requisitos A.9.2 Auditoria interna A.9.2.1 Processo de auditoria interna A.9.3 Análise crítica pela direção A.10 Melhoria A.10.1 Incidente, não conformidade e ação corretiva A.10.2 Melhoria contínua
Anexo B - Outras Normas sobre gestão da qualidade e sistemas de gestão da qualidade desenvolvidas pelo ISO/TC 176.	Anexo B - Correspondência a ABNT NBR ISO 14001:2015 e a ABNT NBR ISO 14001:2004	

Fonte: Construção do Autor baseado nas Normas NBR ISO 9001: 2015; NBR ISO 14001: 2015; NBR ISO 45001:2018 (ABNT, 2015a; 2015b; 2018).

Ao realizar-se a análise da última versão das normas (Quadro 1), fica evidente a maior compatibilidade entre seus itens, cujo objetivo é proporcionar uma maior integração dos sistemas. Observa-se o detalhamento maior dos requisitos e a mudança destacada quando compromete o envolvimento de todos os membros de uma organização com o seu Sistema de Gestão, assim como a sua melhoria continuada, a fim de atingir o desenvolvimento sustentável.

Os sistemas de gestão normatizados atuais facilitam o trabalho dos gestores e a aplicação das auditorias, justamente pela maior integração dos requisitos das normas, de forma que sejam otimizados os Sistemas de Gestão da empresa.

O grande diferencial das normas ISO 14001 e OHSAS 18001, distintamente da ISO 9001, que diz respeito à preocupação com a qualidade do produto, corresponde ao requisito que assegura a sobrevivência da organização, considerada a questão econômica, é serem focadas em dois outros pressupostos da sustentabilidade; a questão ambiental e social (SEIFFERT, 2010). Mais recentemente, a substituição da OHSAS 18001:2007 pela ISO 45001:2018 retrata o esforço diante da norma da qualidade e meio ambiente, para que sejam focadas as questões de saúde e de segurança ocupacional, cuja exigência contempla a participação de forma mais comprometida de todos os envolvidos na organização com seus sistemas de gestão.

Soluri e Neto (2015) salientam que, embora a legislação seja bastante extensa e a organização trabalhe com OHSAS 18001 mandatória para as principais atividades industriais, não há suficiência na diminuição do número de acidentes no trabalho com afastamento e óbitos. Sendo assim, emerge a busca de um Sistema de Gestão que considere e contemple outras variáveis integradas, que possam contribuir para minimizar os impactos oriundos da atividade laboral.

Em função dos elevados índices de acidentes ocorridos em organizações, no Brasil, foram criados instrumentos de prevenção em saúde e segurança ocupacional, de acordo com as normas regulamentadoras (NR), tais como: o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de

Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT), o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), (SOLURI; NETO, 2015). Mesmo diante desses instrumentos, ainda havia a necessidade de um Sistema de Gestão que trabalhasse de forma integrada com as questões relacionadas à saúde e segurança ocupacional.

A efetividade do SGSSO é recente e só foi possível com a evolução dos sistemas anteriores. Essa efetividade ocorre com a ISO 45001:2018, que evidencia, a partir do item 4 (Contexto da organização), o contexto de compreensão da organização em seu Sistema de Gestão em SSO. Esse item, contexto da organização, na OHSAS 18001, aparecia como um dos requisitos do Sistema de Gestão em SSO. É importante destacar que ao fazer-se um comparativo entre a OHSAS 18001, com as normas da ISO 45001 e, também, com as normas da ISO 9001 e ISO 14001, os requisitos de liderança, de planejamento, de apoio/suporte, de operação, de avaliação de desempenho e de melhoria não constam na OHSAS 18001. Acredita-se que tais requisitos, presentes atualmente na ISO 45001, são imprescindíveis no processo de integração dos sistemas de gestão, visto que potencializam o almejado desenvolvimento sustentável.

A busca incessante dos especialistas pela integração dos sistemas tem como foco principal atingir o desenvolvimento sustentável. Com a efetivação de padronização integrada do SGSSO com o meio ambiente, com a qualidade e com a responsabilidade social, há as condições necessárias que proporcionam às organizações atender ao quesito de sustentabilidade dos seus empreendimentos.

Os sistemas de gestão discutidos neste trabalho são baseados na análise de risco em cada um de seus enfoques. Sendo assim, nas suas normalizações a responsabilidade social, ainda que seja constatada de forma implícita, adquire caráter indispensável, uma vez que já se observam práticas com esse tipo de abordagem nas empresas. Dessa forma, a indubitabilidade do desenvolvimento sustentável está cada vez mais próxima das organizações e o SIG já contribui para a responsabilidade social, preenchendo o espaço da falta da sua certificação.

Nos dias que correm, mais do que nunca é preciso trabalhar com a responsabilidade social. O Brasil enfrenta uma forte crise política em função da falta de responsabilidade, principalmente do poder público, que pouco investe e valoriza a educação no país. Diante dessa importante crise institucional, como recuperar a ética e a moral dentro das organizações, sem seguir os princípios do desenvolvimento sustentável? E qual a relevância do sistema integrado de gestão para recuperação da valorização da cidadania pela sociedade brasileira?

Como pode ser constatado nas normatizações discutidas, o foco dos especialistas não é criar um sistema único de gestão. Porém, deve-se - mais do que nunca - considerar que os efeitos são globalizados no contexto da qualidade, do meio ambiente, da saúde e segurança ocupacional e da responsabilidade social. Assim, ressalta-se que a efetivação do desenvolvimento sustentável deve percorrer um único sistema que seja capaz de integrar todas as áreas que as empresas precisam atender, além de respeitar as suas demandas.

CONCLUSÃO

Ao analisar os sistemas de gestão e as normatizações discutidas neste artigo, percebe-se que, atualmente, as organizações que implantarem sistemas de gestão e seguirem as normatizações devem estar realmente comprometidas com os seus sistemas de gestão. As normas exigem a participação de todos no interior das empresas, com envolvimento mais profícuo de seus sistemas, seja de qualidade, de meio ambiente, de saúde e segurança ou de responsabilidade social. São evidentes, nas normatizações analisadas, a maior integração dos seus requisitos, da mesma forma que se constata a elevada exigência dos envolvidos quanto ao conhecimento dos seus sistemas de gestão.

Assim, os sistemas e as normatizações atuais mostram o caminho que as empresas precisam seguir por meio de seus requisitos. Com a integração mais consciente desses requisitos, há o fornecimento maior de suporte e de segurança para as empresas no momento da implantação do Sistema Integrado de Gestão. A importância principal das empresas que se baseiam nestes sistemas e normatizações é tornarem-se localmente mais sustentáveis e de fato contribuírem para o desenvolvimento sustentável de forma global.

Além disso, observa-se que, diante do exposto, é responsabilidade da organização oferecer produtos e/ou serviços que gerem menos impactos socioambientais e isso implica na utilização de forma mais racional de todos os seus recursos no processo produtivo. Com isso, as organizações devem buscar elevar cada vez mais o nível de responsabilidade social e, além disso, precisam atentar para o gerenciamento dos impactos socioambientais de seus processos produtivos, constituindo, pois, uma visão mais abrangente. Afinal, a qualidade do produto ou do serviço, o controle ambiental e a saúde e segurança ocupacional são três focos imprescindíveis para a sobrevivência da empresa ao longo do tempo, ao passo que a responsabilidade social aponta fortes indícios de ser um diferencial a ser somado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. et al. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 21-29.

ALVES, L. A.; LIMA, G. B. A.; MOTA, A. L. T. Desenvolvimento sustentável nas empresas: estudo de caso empresa multinacional de telecomunicações. In: VI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. **Anais**. Niterói, RJ, Brasil, 2010. Disponível em: <www.inovarse.org/node/1474>. Acesso em: 04 set. 2018.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001**, de setembro de 2015a. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. **NBR ISO 14001**, de outubro de 2015b. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **NBR ISO 45001**, de março de 2018. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BECKMERHAGEN, I. A. et al. Integration of management systems: focus on safety in the nuclear industry. **The International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 20, n. 2, p. 209-228, 2003.

BONATO, S. V.; PORTEZ, T. R.; CATEN, C. S. T. Método de integração de sistemas de gestão ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 4, n. 3, p. 24-45, maio/ago. 2017.

CAMPOS, C. A. O.; MEDEIROS, D. D. Um modelo de integração de sistemas de gestão. **Production**, v. 19, n. 1, p. 70-86, 2009.

COELHO, E. J. M. **Sistema de Gestão Integrada: qualidade. Saúde e segurança e meio ambiente**. 2000. 100p. Dissertação (Mestrado Profissional em Qualidade) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Campinas, São Paulo, 2000.

DE CICCIO, F. **Pesquisa inédita sobre Sistemas Integrados de Gestão**. 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2ETpjS3>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Sistemas Integrados de Gestão Agregando Valor aos Sistemas ISO 9000**. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2zfFmn1>>. Acesso em: dez. 2017.

GAZZI, M. S. **A Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho como Valor Organizacional nas Práticas e Responsabilidade Social Corporativa: o caso da Belga Mineira**. 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Sistema Integrado de Gestão) - Curso de Pós-graduação em Gestão Integrada em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, SENAC, São Paulo, 2005.

JØRGENSEN, T. H.; REMMEN, A.; MELLADO, M. D. Integrated management systems - three different levels of integration. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 713-722, 2006.

KARAPETROVIC, S. Musings on integrated management systems. **Measuring Business Excellence**, v. 7, n. 3, p. 4-13, 2003.

KRÜGNER, B. R. **Sistema Integrado de Gestão - GIG em SMS (Segurança do trabalho, meio ambiente e saúde do trabalho)**. 2010. 69p. Monografia (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2010.

LABODOVÁ, A. Implementing integrated management systems using a risk analysis based approach. **Journal of Cleaner Production**, n. 12, p. 571-580, 2004.

LÔRDELO, P. M. **Sistemas ISO 9001:2000 - Estudos de casos em empresas construtoras de edifícios**. 2004. 298p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2004.

MELO, F. M. **Modelo de Implementação de um Sistema de Gestão Integrada em Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional - QMASSO: Um Modelo Voltado para a Cultura Organizacional e os Aspectos Comportamentais**. 2004. 186p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2004.

MORAES, C. S. B.; VALE, N. P.; ARAÚJO, J. A. Sistema de Gestão Integrada (SGI) e os benefícios para o setor siderúrgico. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 3, n. 3, p. 29-48, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2OYBPo3>>. Acesso em: 04 set. 2018.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental**. 4. ed. Minas Gerais: Falconi, 2013. 307p.

MUKAI, H. **Sistemas Integrados de Gestão de Design, Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança no trabalho: aplicação às pequenas e médias empresas do setor moveleiro**. 2012. 277p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

OLIVEIRA, R. A. R. **Implementação de um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade e Ambiente - estudo de caso**. 2016. 86p. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) - Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior Agrária de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2016.

SEIFERT, M. E. B. **Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança do Ocupacional (OHSAS 18001): vantagens na implantação integrada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 201p.

SANCHES, R. **A avaliação de impacto e as normas de gestão ambiental da série ISO 14000: características técnicas, comparações e subsídios à integração**. 2011. 270p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) Programa de Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos/SP. Disponível em: <<https://bit.ly/2JoeqWX>>. Acesso em: 04 set. 2018.

SOARES, I.; PINTO, A. **Sistemas de Gestão da Qualidade - Guia para a sua implementação**. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

SOLURI, D. NETO, J. **SMS: fundamentos em segurança, meio ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 292p.

ZENG, S. X.; TIAN, P.; SHI, J. J. Implementing integration of ISO 9001 and ISO 14001 for construction. **Managerial Auditing Journal**, v. 20, n. 4, p. 394-407, 2005.